



# RELATÓRIO CONTABILÍSTICO

## CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019

### *Santa Casa da Misericórdia do Soito*

sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

#### **Ativos correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas**

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de Balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado. Os ativos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, a Administração/Gerência tem de estar comprometida a executar tal venda e a alienação deverá ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de Balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa a que o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

#### **Locações**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### **Custos de empréstimo obtidos**

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A Entidade considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

» A capitalização de gastos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda;

» A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas;

» Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os gastos com matérias consumidas e gastos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

#### **Propriedades de investimento**

# RELATÓRIO CONTABILÍSTICO

## CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019

### *Santa Casa da Misericórdia do Soito*

Os ativos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

A propriedade de investimento é valorizada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são valorizadas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos da Entidade que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos, quando for provável que os futuros benefícios económicos que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a entidade e o custo da propriedade de investimento possa ser valorizado com fiabilidade.

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

Uma propriedade de investimento é valorizada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento podem ser valorizadas ao seu justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é sempre determinado com base em avaliações de entidades especializadas que reflectem o valor actual da propriedade de investimento no mercado. A variação ocorrida entre o justo valor no início e no fim do período é reconhecida em resultados do exercício. Relativamente a estes bens não ocorreu o reconhecimento de depreciações.

#### **Imparidade de ativos**

À data do Balanço é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável. Se a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade".

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

#### **Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas**

não aplicável

#### **Investimentos em subsidiárias e consolidação**

não aplicável

#### **Exploração e avaliação de recursos minerais**

não aplicável

#### **Agricultura**

não aplicável

#### **Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

#### **Contratos de construção**

não aplicável

#### **Rédito**

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

# RELATÓRIO CONTABILÍSTICO

## CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019

### *Santa Casa da Misericórdia do Soito*

- » Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador.
  - » A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos.
  - » O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
  - » É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
  - » Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.
- O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
- » O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
  - » É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
  - » Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
  - » A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties - prejudicado

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

#### **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os gastos com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade da Entidade, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Entidade.

#### **Subsídios do Governo e apoios do Governo**

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos ativos subsidiados.

#### **Efeitos das alterações nas taxas de câmbio**

não aplicável

#### **Impostos sobre o rendimento**

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de

# RELATÓRIO CONTABILÍSTICO

## CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019

### *Santa Casa da Misericórdia do Soito*

acordo com as regras fiscais em vigor, o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), de prejuízos fiscais dedutíveis e créditos fiscais não utilizados, mas susceptíveis de utilização futura, tivos assim como de diferenças temporárias decorrentes dos ajustamentos de transição de referencial contabilístico POC-IPSS para referencial SNC-ESNL. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados diretamente em fundo patrimonial, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

#### **Matérias ambientais**

não aplicável

#### **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### *Cientes e outras dívidas de terceiros*

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Esporadicamente, quando o crédito apresenta um prazo muito superior ao das condições normais, as contas de clientes podem ser valorizadas ao custo amortizado utilizando o método do juro efectivo.

##### *Fornecedores e outras dívidas a terceiros*

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **Empréstimos**

A entidade regista os empréstimos no passivo pelo método do custo (nunca pelo custo amortizado). Não há saldos, nem translações, nem diferenças de câmbio em moeda estrangeira.

#### **Periodizações**

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

#### **Não ocorreram operações com derivados**

#### **Instrumentos financeiros detidos para negociação**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais. Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

#### **Caixa e Depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

#### **Benefícios dos empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo, participações nos lucros e gratificações. Não atribui benefícios não monetários (habitação, automóvel ....)
- Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

» Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados, por culpa do empregador, antes da data normal de reforma; ou

» Ter efectuado de rescisão de contratos temporário de trabalho.

A Entidade não atribui a qualquer empregado, benefícios pós-emprego, nem garante benefício de longo prazo.

Todos os gastos com empregados obedecem ao princípio da especialização dos exercícios.

Os ganhos ou perdas actuariais e os gastos por serviços prestados no passado são reconhecidos imediatamente como gasto ou rendimento.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço

**b) Outras políticas contabilísticas:**

**c) Principais pressupostos relativos ao futuro:**

Estima-se a continuidade da Instituição em todas as suas vertentes. Não se prevêem alterações significativas nos pressupostos futuros.

**d) Principais fontes de incerteza das estimativas:**

As estimativas foram efectuadas com um grau de certeza considerado muito elevado e dentro do limite da razoabilidade.

Não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas, com referência ao exercício anterior, pelo que, as implicações são de € 0.

Nos débitos de contas a receber - Não aplicável

Na ausência de inventários - Não aplicável

No justo valor dos ativos financeiros - Os ativos financeiros da empresa mensurados ao justo valor, são acções de empresas cotadas na bolsa, sendo esse o valor de referência no final do exercício

Nas obrigações respeitantes a garantias - Não aplicável

Nos gastos e rendimentos diferidos - São gastos e rendimentos comprovadamente realizáveis e estimados com elevado grau de certeza.

**3.2 -** Não houve alteração nas políticas contabilísticas.

**3.3 -** Não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas

**3.4 -** Não ocorreram erros materiais de períodos anteriores e portanto, não houve impactos nas correspondentes demonstrações financeiras.

**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

**4 - Ativos fixos tangíveis**

- 4.1 - a) A quantia bruta dos ativos fixos tangíveis é mensurada ao custo histórico.  
 b) As depreciações são efectuadas pelo método da linha reta. O valor residual dos bens reintegráveis é € 0.  
 c) São usadas as taxas máximas previstas no D. Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro  
 Aos bens usados é-lhes atribuída uma vida útil, em função do seu estado.  
 São usados os princípios definidos na NCRF nº 12 na avaliação das imparidades.

<b>433-Ativos Fixos Tangíveis:</b>	saldo inicial	reaval / ajust	anulmentos	alienações	transf. / abates	saldo final
4331 - Terrenos e recursos natu	122 265,59	0,00	0,00	0,00	0,00	122 265,59
43381 Depreciações .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4332 - Edifícios e outras constr	4 264 435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 264 435,18
43382 Depreciações .....	2 241 930,40	0,00	124 473,75	0,00	0,00	2 366 404,15
4333 - Equipamento básico	799 922,20	0,00	14 890,46	0,00	0,00	814 812,66
43383 Depreciações .....	517 036,28	0,00	54 014,87	0,00	0,00	571 051,15
4334 - Equipamento de transpo	103 492,95	0,00	0,00	0,00	0,00	103 492,95
43384 Depreciações .....	84 632,59	0,00	7 676,68	0,00	0,00	92 309,27
4335 - Equipamento administra	321 062,33	0,00	887,96	0,00	0,00	321 950,29
43385 Depreciações .....	300 741,87	0,00	4 829,98	0,00	0,00	305 571,85
4336 - Equipamentos biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43386 Depreciações .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4337 - Outros ativos fixos tang	35 814,95	0,00	8 882,81	0,00	0,00	44 697,76
43387 Depreciações .....	17 529,48	0,00	2 391,44	0,00	0,00	19 920,92
4338 - Depreciações acumulada	3 161 870,62	0,00	193 386,72	0,00	0,00	3 355 257,34
4339 - Perdas por imparidade a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>2 485 122,58</b>	<b>0,00</b>	<b>-168 725,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 316 397,09</b>
Ativos Tangíveis em Curso	336 625,30	0,00	25 134,21	0,00	0,00	361 759,51
<b>Total</b>	<b>2 821 747,88</b>	<b>0,00</b>	<b>-143 591,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 678 156,60</b>

A instituição possui diversos artigos de museu que constituem bens do seu património histórico, artístico e cultural e, que estão contabilizados com o valor de € 2 285,00 na conta 41524

- 4.2 - a) Não há qualquer quantia afeta nem qualquer restrição de titularidade, nem qualquer ativo fixo tangível dados como garantia de passivos.  
 b) Não há quantias afetadas a compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.
- 4.3 - Há ativos fixos tangíveis revalorizados nos seguintes termos:

Diploma legal / Press	Valor Reval	Eficácia	Método
Dec. Lei 49/91			
Dec. Lei 31/98			
<b>totais</b>	<b>0,00</b>		

**5 - ativos intangíveis**

- 5.1 - Não há ativos intangíveis gerados internamente  
 Aos "programas de computador", porque têm vidas finitas, são aplicadas as taxas máximas de amortização do D. Regulamentar nº 25/99 de 14 Set., com método de reintegração de linha reta. O valor residual é € 0.  
 Ao goodwill não é aplicada qualquer taxa de amortização, porque se considera não ter vida útil finita. A sua valorização ou desvalorização, resulta das diversas componentes de mercado.  
 É aplicada a NCRF nº 12 nos princípios de verificação das imparidades.

**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

<b>442-Outros Ativos Intangíveis:</b>	saldo inicial	reaval / ajust	auumentos	alienações	transf. / abates	saldo final
4421 - Goodwil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4422 - Projetos de desenvolvi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4423 - Programas de computad	6 733,79	0,00	369,00	0,00	0,00	7 102,79
4424 - Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4426 - Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4428 - Amortizações acumulad	4 901,05	0,00	1 925,14	0,00	0,00	6 826,19
4429 - Perdas por imparidade a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 832,74</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 556,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>276,60</b>
Ativos Intangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 832,74</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 556,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>276,60</b>

5.2 - a) Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida, pelo que não se indicam as respectivas quantias escrituradas e razões que apoiaram a avaliação de vida útil indefinida.

b) Não há qualquer ativo intangível individual considerado relevante para as demonstrações financeiras

c) Não há ativos intangíveis adquiridos por meio de subsídios do governo.

**6 - Custos dos empréstimos obtidos**

**6.1 - a) Políticas contabilísticas nos custos com empréstimos obtidos:**

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, excepto nos casos em que sejam capitalizados, conforme parágrafo seguinte.

Os custos de empréstimos obtidos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Considera-se que um ativo se qualifica quando leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda.

**Custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização:**

Até ao ponto em que sejam pedidos fundos emprestados especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia dos custos de empréstimos obtidos elegível para capitalização nesse ativo é determinada como os custos reais dos empréstimos obtidos incorridos nesse empréstimo durante o período menos qualquer rendimento de investimento temporário desses empréstimos. Na medida em que os fundos sejam pedidos de uma forma geral e usados com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia de custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização é determinada pela aplicação de aos dispêndios respeitantes a esse ativo. A taxa de capitalização é a média ponderada dos custos de empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos contraídos pela entidade que estejam em circulação no período, que não sejam empréstimos contraídos especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica. A quantia dos custos de empréstimos obtidos capitalizados durante um período não pode exceder a quantia dos custos de empréstimos obtidos incorridos durante o período.

	Saldo inicial	Mov período	Saldo final	Gastos de financiamento
Descobertos bancários .....	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos bancários .....	0,00	0,00	0,00	
Locações financeiras .....	0,00	0,00	0,00	
Locações operacionais .....	0,00	0,00	0,00	
Outros empréstimos .....	0,00	0,00	0,00	
<b>somas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

**b) Empréstimos obtidos capitalizados (destinados a obter ativos que se qualificam):**

	Valor do empréstimo	Custos emprést. Obtidos	Dispêndios com o ativo	Taxa capitalizac.	Custo Empr Obt. Capitaliz	Custo Empr Levad a gasto
		Total	Juros			
<b>Empréstimos genéricos:</b>						
Inst Crédito / Soc. Financeir						
Mercado valores mobiliários						
Participantes no capital						
Suprimentos e outros mátu empresa-mãe						



**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

Outros participantes							
Associados, Subsíd e Enapr							
Outros financiadores							
<b>Empréstimos específicos:</b>							
Inst Crédito / Soc. Financeira							
Mercado valores mobiliários							
Participantes no capital							
Suprimentos e outros matr. empresa-mãe							
Outros participantes							
Associados, Subsíd e Enapr							
Outros financiadores							
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dos quais a não residentes							

**Custos dos empréstimos obtidos capitalizados por ativo que se qualifica:**

Quantia escriturada total do ativo:	Inventários	A Intangíveis	A Fixos Tang.	Prop. Investi	Outros	Total
Custos de empréstimos capitalizados						
Outras divulgações (notas 11 SNC e 8 PE)						

**6.2 - Locações**

6.2.1 Locações (na esfera do locatário)

	Locações financeiras			Total	Locações operacionais
	Ativ Intangível	At f. tangíveis	Prop. Investid		
Quantia bruta escriturada inicial .....				0,00	
Amortizações / depreciações acumuladas .....				0,00	
Perdas por imparidade e reversões .....				0,00	
Quantia líquida escriturada .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total dos futuros pagamentos mínimos da locação (a)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Até 1 ano .....				0,00	
De 1 a 5 anos .....				0,00	
Mais de 5 anos .....				0,00	
<b>Valor presente do total dos futuros pagamentos mín</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Até 1 ano .....				0,00	
De 1 a 5 anos .....				0,00	
Mais de 5 anos .....				0,00	
Rendas contingentes reconhecidas c/gasto no período				0,00	
<b>Total dos futuros recebim. mínimos de sublocação (a)</b>				<b>0,00</b>	
Valor dos pagam reconhecidos em gastos do período (a) à data do balanço				0,00	

**Pagamentos mínimos da locação:** são os pagamentos durante o prazo da locação que o locatário vai fazer, excluindo a renda contingente, e os custos relativos a serviços e impostos. Basicamente é o capital em dívida mais os juros.

**Renda contingente:** é a parte dos pagamentos da locação que não está fixada em quantia mas baseada na futura quantia de um factor que se altera sem ser pela passagem do tempo (por exemplo, percentagem de futuras vendas, quantidade de futuro uso, futuros índices de preços, futuras taxas de juro do mercado)

6.2.2 Condições dos acordos das locações financeiras:

6.2.3 Condições dos acordos das locações operacionais contratadas: Prejudicado

**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

**7 - Inventários**

7.1 - Os inventários foram mensurados pelo custo (compra+conversão+outros para os colocar no local) dado ter sido sempre inferior ao valor realizável líquido. A fórmula de custeio foi a do método FIFO. Não foram incluídos custos de empréstimos nos custos de inventários.

7.2 - Movimentos nos inventários:

	Ex Iniciais	Compras	Regulariz	Ex Finais	CEVMC
Mercadorias .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas e subs cons	10 046,93	152 524,44	-14 041,49	10 490,49	138 039,39
ativos biológicos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
somadas	10 046,93	152 524,44	-14 041,49	10 490,49	138 039,39
<b>Varição de produção</b>					
Prod Acabados e Intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00
Subprod. Desp. Res. Refug	0,00		0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalh em curso	0,00		0,00	0,00	0,00
somadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

c) Não houve inventários escriturados pelo justo valor menos o custo de vender.

d) Não houve inventários escriturados pelo custo corrente.

e) Foi reconhecido como gasto de inventários no exercício o CEVMC com o valor de **138 039,39 €**

7.3 - Ajustamento nos inventários.

	Mercadorias	Mat. Primas	Pr. Acab/ Inter	Subpr. Desp. Ref	Prod. Curso
Por inequidade no período					
Inequidades acumuladas em inventário					
g) Reversão ajustada p/inequidade n/período					
Inventários q' encontram fora empresa					
Adiantamentos p/compra compras					
h) Circunstâncias que levaram à reversão: —					
i) Inventários dados como penhor de garantia a passivos .....					

**8 - Rendimentos e gastos (Rédito)**

8.1 - O rédito é mensurado pelo justo valor da quantia recebida ou a receber e só inclui os influxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela entidade de sua própria conta.

- i) O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as condições referidas nos parágrafos 12.4 a 12.6 da NCRF-ESNI.
- ii) O rédito das prestações de serviços é sempre reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.
- iii) O rédito dos juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.
- iv) Não há royalties.
- v) Não foram contabilizados dividendos recebidos ou a receber.

8.2 - Elementos isolados, de rendimentos ou de gastos, cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais:

Natureza	Quantia	Observações

**9 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:**

9.1 - Provisões:

Tipo	Quantia inicial	Adicionais Reforços	Quantias usadas	n/usadas Revertidas	Quantia Final
					0,00
					0,00
					0,00
					0,00
					0,00
					0,00
Somas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Solto*

Nada a revelar

10.3 - Principais doadores/fontes de fundos:

Nada a revelar

**11 - Instrumentos financeiros:**

11.1 Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo menos perda por imparidade, excepto os negociados em mercado líquido e regulamentado, que são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste, por contrapartida de resultados do período.

11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Cotações de mercado (instrumentos negociados em mercado líquido e regulamentado)

Designação	Título	Quant	Cotação	Valores		
				Inicial	Valor final	refletido na DR
					0,00	0,00
					0,00	0,00
					0,00	0,00
					0,00	0,00

11.3 Fundos patrimoniais

Ver mapa anexo "Alteração de Fundos Patrimoniais"

11.4 **Quantia Escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor**

Ativo Financeiro	Tipo garantia	Valor garant	Condições da garantia

11.5 **Dívidas cobertas por outras garantias reais / (ou, mesmo sem garantias) dívidas com duração residual superior a 5 anos**

Ativo Financeiro	Valor garant	Natureza e forma da garantia
Detalle das dívidas com duração superior a 5 anos		Valor

11.6 Não se procedeu a qualquer ajustamento de ativos financeiros não mensurados ao justo valor.

11.7 **Dívidas à entidade (reconhecidas à data do balanço) cuja duração residual seja superior a 1 ano:**

a) Créditos resultantes de vendas e prestações de serviços: . . . . .	valor:	
b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas: . . . . .	valor:	
c) Outros créditos: . . . . .	valor:	
d) Capital subscrito e não realizado: . . . . .	valor:	
e) Diferimentos: . . . . .	valor:	

11.8 **Dívidas da entidade (reconhecidas à data do balanço) cuja duração residual seja superior a 1 ano:**

a) Empréstimos por obrigações: . . . . .	valor:	
b) Dívidas a instituições de crédito: . . . . .	valor:	
c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas: . . . . .	valor:	
d) Dívidas por compras e prestações de serviços obtidos: . . . . .	valor:	
e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar: . . . . .	valor:	

**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas: .....	valor:	_____
g) Outras dívidas: .....	valor:	_____
h) Diferimentos: .....	valor:	_____

**12 - Benefícios dos empregados:**

12.1 Pessoas ao serviço:

Nº médio  
pessoas

**Empregados:**

Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas	58
Pessoas remuneradas	54
Pessoas não remuneradas	4

12.2 - Compromissos existentes em matérias de pensões:

Não há qualquer compromisso assumido

12.3 N° de membros de órgãos diretivos .....

5,00

**Alterações aos órgãos diretivos no período de relato financeiro:**

**Não ocorreram alterações**

Entraram para os seguintes cargos:

	Nome	NIF	Remunerações	
			Valor	Tipo
<b>Assembleia:</b>				
Presidente	Manuel Joaquim Fogueiro Rito	112 830 056		
Secretário				
2º secretário				
<b>Direção</b>				
Presidente	Rui Manuel Nicolau Carrilho	110 308 085		
Vice-presid	Maria Rosa Gomes Furiel Portas	185 185 762		
Secretário	João José Garrido Furiel	113 007 574		
Tesoureiro	Estela da Ascensão Alves Fogueiro	196 889 120		
<b>Conselho Fiscal</b>				
Presidente	José Manuel Nicolau Rito	160 108 896		
Vogal				
Vogal				

Saíram dos seguintes cargos:

<b>Assembleia:</b>				
Presidente				
Secretário				
2º secretário				
<b>Direção</b>				
Presidente				
Vice-presid				
Secretário				
Tesoureiro				
<b>Conselho Fiscal</b>				
Presidente				
Vogal				
Vogal				

**Remunerações dos órgãos diretivos:**

Os órgãos diretivos não foram remunerados (quadro supra).

**Adiantamentos ou créditos concedidos (nomes e quantias, principais condições, taxas de juro e valores reembolsados amortizados ou objeto de renúncia):**

Não há adiantamentos ou qualquer crédito concedido.

**Compromissos assumidos em seu nome, a título de garantia de qualquer natureza e quantia**

*Elaborado por Sefisconta - Serviços de Fiscalidade e Contabilidade Lda*  
*por afetação do Contabilista Certificado nº 3000, Amílcar Carrilho Pereira*

**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

global por cada categoria:

Não há qualquer compromisso assumido

**13 - Acontecimentos após a data do balanço**

Não ocorreu qualquer evento materialmente relevante após a data do balanço, não refletido na demonstração de resultados ou no balanço.

**14 - Agricultura**

**14.1 - Ativos biológicos e produtos agrícolas:**

	mensurados ao custo	mensurados ao justo valor
<b>Investimentos</b>	0,00	0,00
Animais	0,00	0,00
Plantas:	0,00	0,00
Depreciações	0,00	0,00
<b>Inventários:</b>	0,00	0,00
Animais	0,00	0,00
Plantas:	0,00	0,00
Valores em terra:	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**14.2 - Ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor:**

	Alterações aos justo valor refletidas na demonstração de resultados	Detalle
<b>Investimentos</b>	<b>0,00</b>	
Animais	0,00	
Plantas:	0,00	
Depreciações	0,00	
<b>Inventários:</b>	<b>0,00</b>	
Animais	0,00	
Plantas:	0,00	
Valores em terra:	0,00	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	

**15 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais:**

**16 - Outras divulgações:**

## 3 - RÁCIOS DE ANÁLISE

**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

INDICADORES FINANCEIROS

2019	2018
------	------

<i>Os Rádios de liquidez determinam a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos financeiros de curto prazo</i>		
<b>Liquidez Geral</b>		
Indica a capacidade para suportar o passivo de curto prazo. Quando o valor é superior a 1, assume-se que a empresa tem uma boa situação financeira de curto prazo. Contudo, deve atender-se ao ciclo de exploração e aos tempos médios de recebimento e pagamento.		
<i>(disponibilidades + inventários + créditos a curto prazo) / débitos a curto prazo</i>	12,89	10,84
<b>Liquidez Reduzida (ou de Tesouraria)</b>		
É um indicador mais rígido do que o da liquidez geral, porque considera no numerador o ativo maneável (exclui inventários). O valor superior a 1, indica que a empresa honra os seus compromissos financeiros de curto prazo.		
<i>(disponibilidades + créditos a curto prazo) / débitos a curto prazo</i>	12,83	8,01
<b>Liquidez Imediata</b>		
Com valor superior a 1 é manifestamente uma empresa que pode suportar os seus compromissos financeiros de de curto prazo. Tesourarias demasiado ativas, indiciam que podem não ter sido otimizados os recursos financeiros		
<i>disponibilidades / débitos a curto prazo</i>	11,01	7,95
<i>Os rácios de estrutura ou endividamento, indicam o equilíbrio entre a autonomia e a dependência da empresa bem como a capacidade desta se poder financiar</i>		
<b>Solvabilidade Total</b>		
Indica a capacidade da empresa para solver os seus compromissos, isto é, para pagar as suas dívidas. Traduz a posição de independência face aos credores. O valor 1, indica que os Fundos Próprios conseguem suportar o passivo total		
<i>Total do Fundo Patrimonial / Passivo total</i>	28,08	26,17
<b>Dependência Financeira</b>		
Indica quantos euros de capital alheio contribuíram para a obtenção de cada € 100 do ativo total. Quanto mais elevado o valor do rácio, maior a vulnerabilidade financeira		
<i>(débitos a médio e longo prazo + débitos a curto prazo) / Ativo líquido</i>	3,44%	3,68%
<b>Autonomia Financeira</b>		
É o inverso de dependência financeira. Indica quantos euros de capital próprio contribuíram para a obtenção de € 100 do ativo total. Os capitais alheios (dependência financeira) fazem aumentar a rentabilidade dos capitais próprios, mas diminuem a estabilidade da empresa (autonomia). Quanto mais elevado o rácio, maior a estabilidade		
<i>Total do fundo patrimonial / Ativo líquido</i>	96,56%	96,32%
<b>Debt-to Equity Ratio</b>		
Permite analisar a estrutura de capitais de uma empresa. Estabelece a relação entre as dívidas e os capitais próprios. Quanto mais baixo o valor, melhor a estrutura. O valor 1, indica que o passivo total é igual aos capitais próprios (Fundo patrimonial)		
<i>Passivo total / Total do Fundo patrimonial</i>	0,04	0,04
<b>Regra do Equilíbrio Financeiro Mínimo</b>		
É frequentemente sugerido que os capitais próprios + os débitos de m/l prazo, deve ser, no mínimo, iguais aos investimentos líquidos. O resultado deve ser, pelo menos, 1. Isto significa que o passivo de curto prazo será menor (ou, pelo menos igual, quando, 1), que o ativo disponível + o ativo realizável		
<i>Capitais Permanentes / Investimentos</i>	1,73	1,60
<b>Capacidade de Endividamento Geral</b>		
Indica a medida em que a empresa está endividada. Pelo inverso, deduz-se a capacidade de endividamento a curto e m/l prazo. No fundo, são os capitais próprios		
<i>Passivo total / Ativo líquido</i>	0,03	27,17
<i>Ativo líquido - Passivo total</i>	€ 4 648 794,66	€ 4 526 094,07



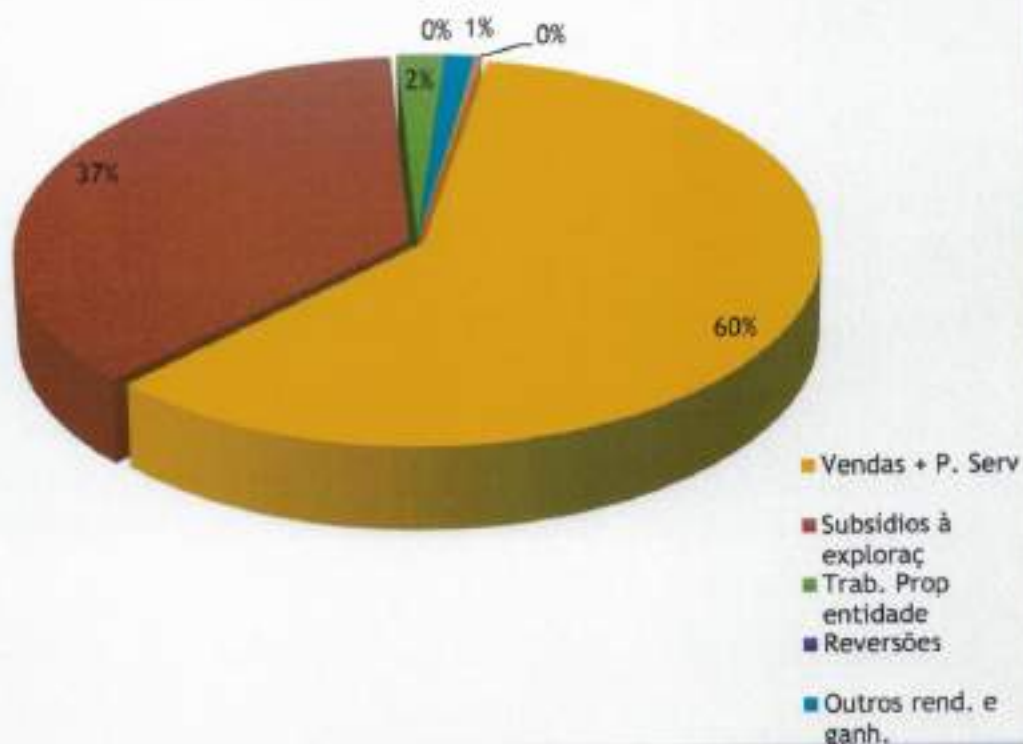
**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

INDICADORES ECONÓMICOS	2019	2018
<i>Os Rádios de rentabilidade relacionam o resultado gerado em o recurso que o gerou</i>		
<b>Rentabilidade dos Capitais Totais</b>		
Indica o lucro que no exercício em análise a empresa obteve, por cada € 100 de capitais próprios mais os capitais alheios investidos		
<i>(Resultado líquido + impostos s/lucros) / total do ativo</i>	2,549%	0,447%
<b>Rentabilidade das Vendas e P. Serviços</b>		
Indica o lucro que a empresa obteve por cada € 100 de vendas + P. Serviços efectuados		
<i>(Resultado líquido + Impostos s/lucros) / (Vendas + P. Serviços)</i>	15,376%	2,813%
<b>Rentabilidade Financeira ou Return on Equity -ROE</b>		
Indica o lucro que a empresa obteve por cada € 100 de capital próprio investido		
<i>(Resultado líquido + impostos s/lucros) / total do Fundo Patrimonial</i>	2,639%	0,464%
<i>Os rádios de atividade medem parâmetros da atividade</i>		
<b>Rotação do Ativo Circulante</b>		
Indica em que medida o capital circulante (disponibilidades + inventários + créditos a curto prazo) contribui para a realização das vendas + P. Serviços. É um indicador importante, pois permite, por comparação com outros períodos de análise verificar se determinados investimento em ativo circulante, são ou não rentáveis		
<i>(vendas + P. Serviços) / ativo circulante</i>	0,4	0,4
<b>Tempo Médio de Recebimento</b>		
Indica, em dias, qual a velocidade a que a empresa está a receber, partindo do princípio que o saldo médio dos clientes, é o agora indicado,		
<i>Cientes (utentes) / (vendas + P. Serviços) x 365</i>	4	3
<b>Tempo Médio de Pagamento</b>		
Indica, em dias, qual a velocidade a que a empresa está a pagar, considerando que o saldo médio aos fornecedores, é o agora indicado		
<i>Fornecedores / (Compras + FSE) x 365</i>	0	4
<b>Fundo de Maneio</b>		
Indica em que quantidade a tesouraria é equilibrada; em que medida o ativo circulante suporta os créditos de curto prazo		
<i>Na ótica da liquidez</i>		
<i>ativo circulante +/- Diferimentos - Débitos de Curto Prazo</i>		
<i>Disponibil. + Inventários + Créditos C. Praz +/- Diferimentos - Débitos C. Praz</i>	1 970 173,19	1 703 443,70
<i>Na ótica da origem dos capitais</i>		
<i>Capitais Permanentes - Ativos fixos</i>		
<i>Capital Próprio + Dívidas a Terceiros de M/L prazo - Investimentos líquidos</i>	1 968 509,62	1 701 228,02

## 4 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

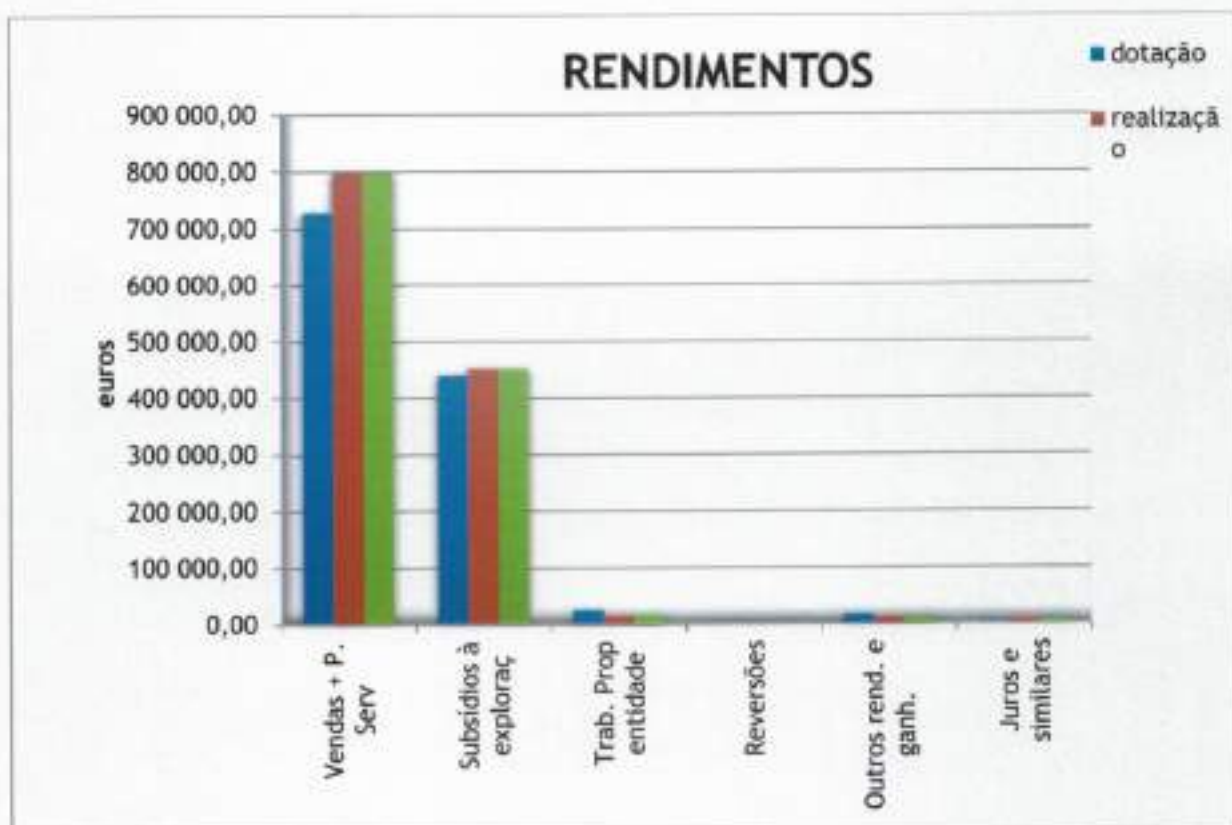
**Distribuição dos Rendimentos**



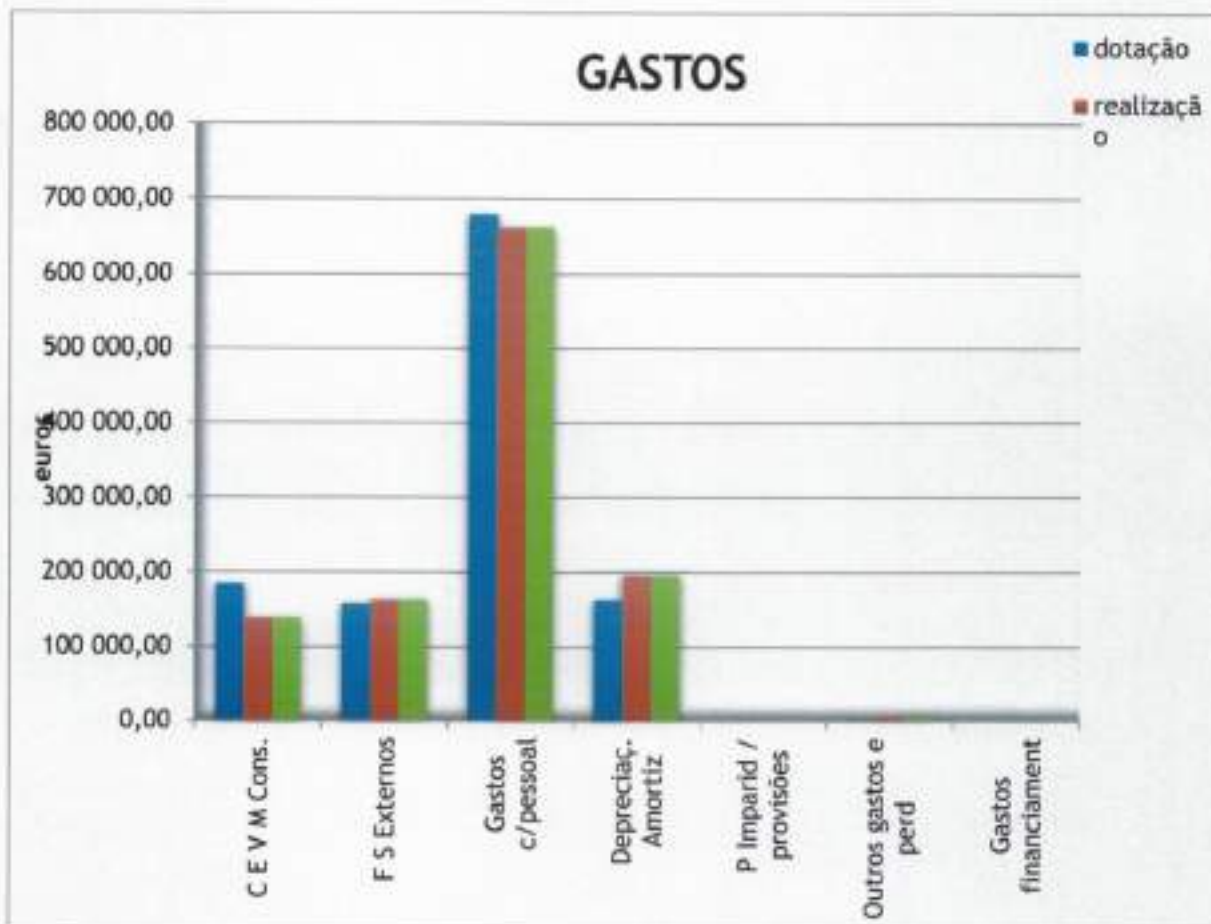
**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*



**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*



**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*



**RELATÓRIO CONTABILÍSTICO**  
**CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2019**  
*Santa Casa da Misericórdia do Soito*

